

Portugal é o país ocidental que mantém relações com a China há mais tempo; e de entre aqueles cujo contacto foi significativo, o que menos atritos suscitou. No momento em que os dois países se encontram envolvidos em densa trama de interesses, e em que o limiar do milénio concluirá uma experiência singular a mais de um título, valerá a pena olhar um pouco para trás, posto que as experiências do passado não serão irrelevantes para o presente.

Ao longo de mais de quatro séculos e meio, Portugal e a China experimentaram um vasto espectro de possíveis equilíbrios políticos de maior ou menor pujança, de divergências que foram do inconsequente lapso diplomático ao breve confronto militar. Esta riqueza de vivências comuns pena será, para ambos os lados, se não conseguir ultrapassar uma erudição histórica que em nada sirva a complexa situação presente. Mas não será este o lugar adequado para um relance dessas vivências, nem para uma análise do processo que levará Macau até 1999. Limite-se o ângulo de visão a algum aspecto ou episódio do passado que possa afinar a ponderação do presente.

O relacionamento da China com o mundo exterior, ao longo dos milénios, pode levar-nos a identificar um fio condutor que ultrapassa as dinastias e os regimes políticos¹. A superioridade assumida pelo Império do Meio não decorre de aberração de postura psicológica colectiva, mas antes de «evidência» civilizacional e filosófica. Daí todas as querelas dos tributos e tributários, no passado, as facetas supostamente «insondáveis» dos Celestes, a exasperação tantas vezes sentida no diálogo. O decurso do tempo e a codificação dos contactos internacionais limaram, é certo, arestas de praxes tradicionais, mas não lhes alteraram significativamente a substância e muito menos determinaram a sua extinção².

e Como suporte das ideias acima alinhavadas, um exemplo respigado do século XVIII poderá servir: a embaixada enviada por D. João V ao Imperador da China e confiada a Alexandre Metelo de Sousa e Meneses. Mas, antes, convirá fazer um breve sumário das nossas relações com o Império do Meio, tentando balizar fases, para melhor situar a missão de Sousa Meneses. Nesta sistematização não se pretende mais que um valor pragmático, através de uma arrumação tão boa ou má como outras possíveis. O «Regimento» de Almeirim, dado por D. Manuel em 1508 a Diogo Lopes de Sequeira³, onde lhe determina que «procurareis pelos chinjs», e o «Assentamento» de Leonel de Sousa de 1554 que consubstancia o primeiro título de natureza jurídica sobre Macau⁴, são as balizas naturais da primeira fase do nosso relacionamento. O primeiro documento corporiza uma vontade certamente já existente no espírito de muitos, dando-lhe a força política para encetar contactos com a China; o segundo, estabelece *de jure* o que já existia de facto, ou seja, atribui nova força ao estabelecimento que os portugueses tinham em Macau. Note-se, parenteticamente, que o *de jure* acima não se pretende equacionar com poderes soberanos; tão-só a existência de um título jurídico no plano de um *jus gentium*. Essa primeira fase foi difícil, houve

atritos, agravos, violência, foi o período das mais fortes acusações chinesas em relação a Portugal, e muito provavelmente a de maiores prepotências e arrogância nossa em relação à China. Portugal estava no apogeu do seu ciclo de expansão, forte e habituado a fazer valer a sua vontade, a ganhar; a China manifestava ainda a força do seu ciclo dinástico Ming, ciosa mais que nunca, em tempos modernos, do seu prestígio, sinocêntrica, xenofóbica. O embate seria difícil de evitar; tornou-se incontornável quando no quadro geral interveio alguma pouca sorte e se inseriu, como efectivamente aconteceu, o aleatório infeliz⁵.

Passada, porém, a violência dessas primeiras décadas, os contactos normalizaram-se, surgiram convergências sublinhadas pelos interesses económicos através do comércio de Macau. A segunda fase, com início na segunda metade do século XVI, começando com o «Assentamento» de Leonel de Sousa e durando até finais do século XVIII, poderia chamar-se a fase das embaixadas. Referiu-se já, de relance, e em nota de pé-de-página, a missão de Tomé Pires e o total fracasso e vexame em que redundou. Mas no período em apreço, a situação era bem outra. Em termos de relações internacionais entre Portugal e a China, ultrapassado relativo vazio correspondente ao interregno filipino e à transição da dinastia Ming para a Quing, estabelecidos os Braganças no poder e os Manchus no trono do dragão, de novo deparamos com dois estados fortes agora já não ignorantes um do outro, mas conhecendo-se bem através da acção dos Jesuítas na corte de Pequim, da convivência já secular e das vantajosas permutas comerciais no triângulo Macau-Japão-China, com a «Nau do Trato». Sucederam-se as embaixadas: Manuel de Saldanha (1667-1670), a missão de Bento Pereira de Faria (1678), Sousa e Meneses (1725-1728) e Francisco Assis Pacheco de Sampaio (1752-1753)⁶. O Portugal de D. João V, o Padroado português no Oriente e a Companhia de Jesus, trabalhando em uníssono, foram uma força que penetrou significativamente na China. Não fora a «Querela dos Ritos», o impacto ético-religioso ocidental poderia ter sido tão vincado como foi o científico.

Todas aquelas embaixadas, com maior ou menor sucesso, traduziram contactos dinâmicos entre estados que se conheciam e respeitavam. O período de ouro da dinastia Quing, de Kangxi e Quianlong (1662 a 1796), foi marcadamente aberto a receber de fora o melhor que de fora podia vir, tal acontecendo no campo da ciência, da arte, das ideias e até da religião, se valessem por si, e soubessem sobrepor-se ao milenário e sofisticado quadro ético-filosófico confucionista do escol chinês.

A partir de finais do século XVIII, da decadência tanto em Portugal como na China, da extinção da Companhia de Jesus em 1773, pelo breve *Dominus ac Redemptor*, dá-se a ultrapassagem das nossas posições por outros estados europeus. Cessam as embaixadas portuguesas com fausto e significado, Macau vai sobrevivendo assim como sobrevive diminuída

e flácida a corte do Filho do Céu. Os governadores de Macau a partir de finais do século XIX vão por vezes a Pequim acreditados como ministros plenipotenciários. Assinam-se tratados, como o de 1887, cujo valor resulta quase só do que lhe for dado por terceiras potências. E o período das Guerras do Ópio, do nascimento de Hong-Kong, dos «tratados desiguais», da extraterritorialidade vergonhosa na China, germe da agitação social que culminaria com a revolução de 1949. Durante esse período,

relacionamento Portugal-China é apagado, com pouco significado internacional, não obstante episódios aqui e ali, nomeadamente em Macau, em que com brio se defenderam interesses portugueses. A China, depois da Guerra dos Boxers de 1900, fica de rastos, aproxima-se o fim do regime monárquico, que terminará a um ano de distância do fim da monarquia em Portugal. Em 1903, por decreto-lei de 8 de Agosto, Portugal cria uma missão diplomática em Pequim com titulares residentes. E o termo da terceira fase e o início daquela em que nos encontramos. A embaixada de Sousa e Meneses surge a meio da fase que mais significado tem no plano das relações internacionais. Com efeito, por um momento na História, com D. João V e Kangxi, Portugal e a China tiveram capacidade para orientar os destinos do diálogo Ocidente-Oriente. Mas quando Sousa e Meneses foi a Pequim, Kangxi falecera já, e o novo Imperador não mantinha o mesmo trato confiante em relação aos ocidentais. E que as lutas «intramuros» das ordens religiosas, as acusações mútuas no calor da «Querela dos Ritos»⁷ e os interesses politicamente divergentes de países europeus, de que a China começava a aperceber-se, anularam o que restava do equívoco em que se vivera ao tempo de Kangxi: os europeus aproximavam-se do Filho do Céu, tolerantes em relação a algumas práticas para-religiosas, convencendo com os seus conhecimentos científicos, mantendo o objectivo final da conversão; o Imperador aproveitava esses conhecimentos científicos, tolerava oficialmente o cristianismo, não negava a potencialidade da conversão⁸.

Sousa e Meneses partiu para a China com objectivos protocolares: agradecer a embaixada que Kangxi mandara a Lisboa com presentes e apresentar cumprimentos e felicitações do Rei de Portugal pela subida ao trono de Yongzheng⁹. Mas tinha como objectivos substanciais defender interesses portugueses, a saber, a situação de Macau e do cristianismo na China. Embora os resultados não fossem espectaculares, Sousa e Meneses desempenhou-se da sua missão com inteligência, tacto e eficácia. Era a primeira vez que se deslocava ao Oriente, mas soube não ceder a ideias preconcebidas, soube aconselhar-se e actuar com independência; soube finalmente, salvaguardar sempre a dignidade do país que representava e, não menos importante, a sua dignidade pessoal como enviado de um monarca soberano.

A paragem de alguns meses que fez em Macau, preparando a entrada na China a caminho de Pequim, é um modelo de lucidez e cuidado na

preparação de uma missão importante e complexa. Felizmente, conserva-se até hoje, no Arquivo de Évora, o *dossier* da missão, acervo precioso e minucioso de documentos, desde os relatos, pareceres, cartas, até aos rascunhos, listas de presentes, dos «vestidos», das visitas. Fica-se a saber o que fez e mandou fazer, como se preparou, quem ouviu, quais os contactos preparatórios com as autoridades chinesas. Sentimos o raciocínio do embaixador a aclarar-se, a vontade a definir-se, a experiência dos contactos com os chineses a alicerçar-se, experiência essa que tão útil lhe seria meses mais tarde na corte de Pequim.

Alexandre Metelo de Sousa e Meneses nasceu em Marialva, em 1687. Concluídos os estudos preparatórios, ingressou na Universidade de Coimbra, onde em 1712 lhe foi passada carta de bacharel em Direito Canónico e Civil. Mais tarde, ganhou experiência nas relações externas como secretário da embaixada de Pedro de Vasconcelos, em Madrid.

Viera a Lisboa em 1722 o primeiro embaixador da China, na pessoa, curiosamente, não de um súbdito chinês, mas sim de um religioso português, o padre António de Magalhães, S. J. Trouxera um presente para D. João V, e a incumbência de granjear o apoio do Rei de Portugal nas sequelas da «Questão dos Ritos», em que o monarca chinês indirectamente se envolvera, ao favorecer os Inacianos e as suas teses naquela questão. Mas nesse mesmo ano Kangxi falecia em Pequim, e subira ao trono o seu quarto filho, Yongzheng. Com as delongas próprias da época, só em 1725 D. João V decidiu mandar à China um embaixador para agradecer a missão e o presente que trouxera António de Magalhães, para felicitar o novo imperador, e tentar, na medida do possível, afastar as apreensões que em Macau e nos missionários na China se faziam sentir quanto aos seus interesses e posições adquiridas.

Na comitiva de Sousa e Meneses, na viagem de Lisboa para Macau, seguia também o padre António de Magalhães, de regresso à China. Tinha este religioso um elevado sentido prático das coisas, era versado nos meandros protocolares e de influências quer entre os chineses, quer entre os europeus. As fontes não apontam qualquer atrito com Sousa e Meneses¹⁰, o que terá permitido a este aproveitar ao máximo a experiência e os conselhos daquele, durante os meses de imobilidade a bordo. A prudência e a minúcia com que Sousa e Meneses preparou, já em Macau, a entrada na China e a ida a Pequim, muito terão ficado a dever às longas conversas e avisados conselhos do padre Magalhães. O embaixador de Portugal chegou a Macau a 10 de Junho de 1726 e desembarcou na Praia Grande, com a pompa das ocasiões solenes, no dia 13 daquele mês. O cronista desta missão, padre Francisco Xavier da Rua, deixou-nos um relato pormenorizado de como tudo se passou, documento fundamental para o estudo desta embaixada¹¹. Vale a pena seguir com algum pormenor a cronologia das diligências efectuadas para passar à China e iniciar a longa viagem até Pequim. Sousa e Meneses foi cuidadoso em nunca deixar que se tocasse, ainda que ao de leve, na qualidade soberana do monarca que representava. As tentativas, do lado

chinês, de o considerarem um enviado a pagar tributo foram paciente mas firmemente rejeitadas.

A 13 de Junho, portanto, Sousa e Meneses desembarcou em Macau, na Praia Grande. Relata o padre Rua: «1-lia em primeiro lugar o Embaixador em hum escaler bem preparado, que o Governador lhe fez prompto, acompanhando-o no mesmo escaler os seus Gentishomens, e na prôa do mesmo escaler hia hum timbaleiro tocando timbales, e alguns pretos tocando também em clarins de prata com as armas reais pendentes; e ao mesmo tempo que se tocavam os clarins e timbales, se ouvia

estrondo das artilharias, tanto da nossa fragata, como das mais naus, que se achavam naquele porto, e das fortalezas, que todas estiveram disparando artilharia até que o Embaixador desembarcou. Logo se seguiu outro escaler, em que iam os Reverendos António de Magalhães e [o] Vice-Reitor do Collegio da Companhia, o Ajudante Real, o Capitão Mandante das Companhias, e também o Secretário da Embaixada. Em outro escaler iam vários Padres da Companhia; e em outros todos os oficiais da nossa Fragata.» Foi um desembarque com pompa — nessa altura não havia a praxe, hoje, de regra, de os embaixadores chegarem incognito — a que foram prestadas as devidas honras militares, na presença do «Governador, Senado, nobreza da cidade, e os Prelados das Religiões com muitos religiosos mais, que o acompanharam até se recolher, sendo inumerável a multidão de Chinas, que concorreram a ver este acto.» Imediatamente, o Senado avisou as autoridades chinesas de Cantão, corno era costume da chegada de «hum Embaixador de Portugal para felicitar a exaltação do presente Imperador ao throno». Comunicou-se, também, a chegada do padre António de Magalhães, que fora a Lisboa como embaixador do falecido imperador Kangxi; o vice-rei de Cantão, a quem o Senado de Macau se dirigira, logo considerou Sousa e Meneses como tributário. Assim, «entrou o Embaixador a duvidar se seriam bastantes os avisos do Senado de Macau»; entendeu prudente conferenciar com as mais experientes individualidades de Macau, do que resultou a deliberação de que fosse o próprio embaixador a escrever ao vice--rei, e ao Imperador também.

30 de Junho: Expedem-se para Cantão as duas cartas, levadas por um religioso. Chegam a Macau três mandarins da casa do vice-rei; o mais graduado, ao avistar-se com o governador, «entrou a lisongea-lo dizendo-lhe que era o melhor Governador, e o mais benigno homem, que tinha Governado Macau.» Perguntou onde estava o presente que o embaixador trazia para o Imperador, que coisas eram e quando ia a embaixada a Cantão.

6 de Julho: Chega ao Senado de Macau o documento das autoridades de Cantão relativo ao aviso da chegada do embaixador e do padre Magalhães. Perguntava: quando desejava o embaixador seguir para Cantão; os nomes dos padres que tinham viajado de Portugal com Sousa e Meneses e pretendiam seguir para a China; se a fragata que trouxera o

embaixador tinha «mais algum género de negócio». O Senado respondeu que o embaixador aguardava licença da corte de Pequim para partir, não pretendendo demorar-se em Cantão; dos padres que o tinham acompanhado tencionava levar para Pequim dois, que eram matemáticos¹². E informa-se que Sousa e Meneses «se acha ao presente mal tratado, quando se achar convalecido fará aviso ao Mandarim para Cantão.» Comunica-se, finalmente, em resposta à última pergunta, «que o barco he de Sua Majestade Portuguesa, que o mandou para esta Embaixada.»

9 de Julho: Chega ao Senado outra «chapa»¹³ das autoridades de Cantão perguntando de novo quando pretendia o embaixador seguir para Cantão, se este levava carta do Rei de Portugal, e presente; o nome dos padres que o acompanhavam, e se os dois destinados a Pequim, para além de matemáticos, «tinham mais alguma habilidade». O Senado respondeu que o embaixador aguardava licença da corte para seguir para Pequim, levando carta e presente.

10 de Julho: Nova «chapa» dirigida ao Senado de Macau, perguntando quando queria o embaixador partir, se levava carta e «mimo» para o Imperador; no caso afirmativo, pedia a lista dos presentes. Respondeu o Senado que não estando o embaixador doente, desejava partir para Pequim logo que tivesse autorização do Imperador; a sua missão era felicitar, da parte do Rei de Portugal, o Imperador, pela sua subida ao trono; levava carta e «mimo», composto por trinta caixas, mas não tinha instruções para entregar a respectiva lista. Sendo no entanto essa a vontade expressa do Imperador, fá-lo-ia.

18 de Julho: Chega a Macau o «Governador das armas da villa de Anção»¹⁴, que é recebido por Sousa e Meneses com todas as cortesias, de acordo com os costumes sínicos, que tinham aconselhado os padres. Inquiriram-se mutuamente pela saúde dos respectivos soberanos, «e a tudo se ajuntou a cerimónia do chá *que é indispensável nas visitas na China.*» Quando o referido governador de armas, à saída, viu numa sala os retratos do Rei e Rainha de Portugal, ao saber quem eram disse: «Eu devia beter-lhes cabeça¹⁵, mas não trago os meus vestidos de cerimónia com que o devia fazer.» O modo como esta visita se desenrolou, e que vem descrita em mais de duas páginas da «Relação» do padre Rua, mostra bem o cuidado que Sousa e Meneses punha em comportar-se *more sinico* desde que não contrariasse as suas funções, ou pusesse em causa a qualidade da sua pessoa.

24 de Julho: Chega carta de um padre português de Cantão, informando que o vice-rei lhe dissera «que não tinha nada com os costumes da Europa, e que os da China eram, que quem levava cousas para o seu Imperador, devia declará-las aos Mandarins»; e que o vice-rei estava «alterado» com a informação que lhe tinha sido dada de que a fragata portuguesa viera somente a conduzir o embaixador, quando sabia «que de Macau para Cantão tinham ido 30 vanes de prata, que são 30000\$000 réis portugueses para se empregarem em fazendas.»

Respondeu Sousa e Meneses ao padre de Cantão, incumbindo-o de transmitir ao vice-rei «que estimaria se lhe mostrasse o costume da China, sobre a obrigação de dar a lista das cousas para o Imperador, porque então a daria logo, e lhe ficaria o mesmo costume servindo de desculpa para quando a devesse dar em algum tempo na Europa.»

30 de Julho: Antes que a carta fosse expedida chegou o referido padre a Macau, dando parte de que os mandarins de Cantão estavam empenhados na partida do embaixador e prontos para o conduzirem a Pequim, para cujo efeito tinham poderes, mesmo sem vir a licença do Imperador. Respondeu o embaixador que «estimava a oferta e mimo dos Mandarins, [...] mas que não podia ainda resolver-se sem saber primeiro se podia levar consigo toda a sua comitiva, e soldados de guarda, e dentro de quantos dias o haviam de despachar em Cantão e também se podia ficar na barca quando lá chegasse, ou lhe haviam de dar aposentadoria em terra, e em que forma havia de ser, porque havendo alguma dificuldade na sua entrada a queria saber enquanto estava em Macau, e que elle desejaria fazer todas as despesas por sua conta...» A comitiva proposta por Sousa e Menses era de 54¹⁶ pessoas, entre as quais trinta soldados. Passado algum tempo, a resposta que veio de Cantão foi «que o Embaixador poderia levar quatro soldados, e nada respondeu ao mais.» Compreendeu Sousa e Meneses, relata o padre Rua, que nada se havia de concluir enquanto não fosse ele próprio a tratar dos assuntos pois até ali tinham mediado o Senado de Macau e o padre de Cantão. Decidiu assim enviar ao vice-rei de Cantão o Secretário da embaixada, avisando previamente «de quem hia, e a que negócios».

19 de Agosto: Seguiu para Cantão o padre Rua, cronista e secretário da embaixada. Antes da audiência, fizeram-lhe as seguintes perguntas: que assunto o trazia a Cantão; de que constava o presente que o embaixador levava para o Imperador, e quando seria o referido «mimo» enviado para Cantão; quando desejava ser recebido pelo vice-rei.

Respondeu o padre Rua: deslocara-se a Cantão habilitado a responder às perguntas que o vice-rei lhe dirigisse e para tratar «do cerimonial com que o embaixador havia de ser recebido naquelle Império, e conduzido à Corte de Pekim»; daria ao vice-rei uma lista das coisas que compunham o presente, que só seguiria para Cantão quando o embaixador também fosse; que estava pronto para ser recebido pelo vice-rei na ocasião que ele determinasse.

Não foi o vice-rei, mas sim o chifú¹⁷, que recebeu o secretário da embaixada com toda a cortesia, pois «são os Chinas não só afáveis e benignos com os estrangeiros, mas também summamente políticos», como o próprio os descreve. Aproveitou para tratar do protocolo e pormenores da viagem de Sousa e Meneses de Cantão até Pequim, conseguindo respostas claras e por escrito, mantendo-se como divergência o número e composição da comitiva, que os chineses queriam restringir a quarenta pessoas, estando vedada a inclusão de soldados naquele número, uma vez que seriam os mesmos fornecidos pelas autoridades de Cantão.

Respondeu o secretário da embaixada que os soldados que Sousa e Meneses pretendia levar «eram de Macau e reconhecidamente pacíficos, e o Embaixador os queria levar para guarda do mimo que levava, e também da sua pessoa.» Retorquiu o chifú que era escusado falar mais nessa matéria, pois já estava decidida pelo vice-rei. Inquiriu finalmente qual a data em que o embaixador pretendia partir para Cantão, ao que o padre Rua respondeu que não estava habilitado a fixar o dia, mas que obteria a resposta junto do embaixador. Ficou o padre Rua a aguardá-la em Cantão, mas antes que chegasse, «logo no dia seguinte ao da conferência lhe mandou o Chifú perguntar outra vez, quando o Embaixador havia de hir para Cantão, e esta mesma pergunta repetiu por mais duas vezes, e com instância, em nome do Vice-Rei.»

Entretanto, relata o padre Rua outra «disparidade» que surgiu, e que consistiu no envio de uma «chapa» ao padre António de Magalhães, que estava para seguir para Pequim, pedindo-lhe que trouxesse consigo para Cantão a carta e o mimo destinados ao Imperador. A resposta foi, obviamente, negativa.

Enquanto decorriam estas negociações, o vice-rei dirigiu ao Imperador um memorial em que informava da vinda de um embaixador do Reino Ocidental, Me Te Ló (Metelo, nome que os chineses utilizavam para o embaixador, por ter uma mais fácil fonética de entre os seus vários apelidos) a pagar tributo. Tiveram os portugueses conhecimento desta qualificação inaceitável feita pelo vice-rei. Decidiu-se que o padre Magalhães, que já estava em Cantão, fizesse saber às autoridades, que corria um rumor sobre o referido memorial, e que nesses termos o embaixador de Portugal não entraria na China. Tal foi transmitido ao chifú, que «olhando para o céu, como quem jurava por elle, lhe respondeu que tal cousa não havia, e que só pessoas baixas poderiam tal dizer, porque o vice-rei não era capaz de obrar tal cousa nem elle Chifú teria cara para aparecer, se em algum tempo se obrasse o contrário.»

11 de Setembro: Chega a Macau uma «chapa» da vila de Anção perguntando pelo dia certo da partida do embaixador para Cantão. Como se mantinha em aberto a questão da comitiva e se o embaixador era ou não tributário, decidiu-se enviar ao vice-rei uma carta, novamente através do Senado de Macau, com as seguintes propostas: se o embaixador poderia entrar na China com uma comitiva idêntica à que levava o «Embaixador de Moscóvia»¹⁸; que o embaixador de Portugal era o enviado de um rei independente que não pagava tributo a ninguém, «antes o recebia de muitos Reinos». Fez saber de novo que Sousa e Meneses não entraria na China noutra qualidade, e lembrou-se que nunca D. João V considerara tributário o embaixador que Kangxi lhe mandara anos antes (o padre António de Magalhães), nem tributo o presente recebera. Argumentou-se ainda «que o Moscovita não era mais amigo do Imperador como El Rey de Portugal. Que o Embaixador de Portugal por todos os meios solicitava a honra do Imperador, e que mais

honroso lhe era que elle o fosse felicitar como Embaixador de hum Rey soberano e independente com huma grande comitiva, do que ser tratado como um dos Embaixadores que de ordinário hiam a pagar tributo.»

Logo após o envio desta carta ao vice-rei, e antes que dela chegasse resposta, chegou mais uma missiva perguntando pela data da partida de Sousa e Meneses. Respondeu-se que, embora o embaixador estivesse empenhado em seguir viagem, não o podia fazer enquanto não estivesse resolvida a questão de ser ou não tributário, vendo-se assim na necessidade de ele próprio «recorrer imediatamente ao Imperador». Chegou entretanto a Macau o intérprete que tinha levado a carta do Senado ao vice-rei, comunicando que falara com o chifú e que este lhe dissera que o Senado havia feito mal em mandá-la, «que o Embaixador não havia de ser tratado como portador de tributo, mas sim como Embaixador, e que até então o não tinham tratado senão como tal.» Com esta informação, e com outra no mesmo sentido recebida de um padre de Cantão, quase se decidiu Sousa e Meneses a partir, mas quis ainda colher os pareceres do governador de Macau, bispo de Pequim, e outros padres, o que fez numa reunião a 28 de Setembro, em sua casa. Dividiram-se as opiniões, entre recorrer-se ou não directamente ao Imperador. A 30 de Setembro e 5 de Outubro chegaram mais duas «chapas», inquirindo sobre a data da partida do embaixador, diligências essas que mostravam «a ânsia dos Mandarins porque o Embaixador se determinasse, talvez porque receavam se desgostasse o Imperador, de elle não partir no tempo que o Vice Rey naquelle memorial o avisou.» Decidiu-se Sousa e Meneses por último a escrever ao Imperador, informando o vice-rei e pedindo-lhe que fizesse seguir a carta.

6 de Outubro: Chegaram a Macau dois mandarins do vice-rei, acompanhados de 120 homens, que traziam um presente para o embaixador e se dispunham a acompanhá-lo até Cantão.

8 de Outubro: Visitaram os dois mandarins Sousa e Meneses, «que os recebeu com agrado e cortezia, não consentindo que lhe batessem cabeça, como queriam.»

9 de Outubro: Fizeram saber ao embaixador que, visto pretender recorrer à corte de Pequim, enquanto esperava a resposta desejavam que fosse para Cantão, «onde tinha boas casas e frescas».

10 de Outubro: Partiram de Macau os dois mandarins, «desgostosos de não achar o Embaixador resolutos a passar à China».

11 de Outubro: Chegou ao Embaixador a informação de que se dificultava a entrega ao vice-rei da carta para o Imperador. Sousa e Meneses deu instruções para que se insistisse. Chega nova «chapa» do governador de Anão perguntando pela data da partida do embaixador, com garantias de que não seria tratado como tributário.

17 de Outubro: Voltam a Macau os dois mandarins do vice-rei, que são recebidos pelo secretário da embaixada, encontrando-se Sousa e Meneses «impedido com alguma moléstia». Informam que vinham acompanhar o embaixador na sua viagem, respondendo-se-lhes que ele

não partiria sem ter resposta directamente do vice-rei. Soube-se entretanto que os dois mandarins já tinham mandado colocar uns «cartazes», em lugares públicos, «contendo huma declaração ao povo, de como o Embaixador só hia dar parabéns ao seu Imperador, e não a pagar tributo.» Lia-se nos cartazes: «Eu, Quarta Cadeira (he o mesmo que quarto acessor) da villa de Ansão, venho por ordem dos Mandarins Superiores a conduzir o Embaixador da Europa. O Embaixador da Europa não é tributai, sim vem a dar os parabéns ao nosso Imperador: ordeno aos Cabeças das ruas (cada huma rua da China tem hum Cabeça que dá conta ao Mandarim do que nella sucede) que achando que alguém falia que o Embaixador he tributai, o prendam, e amarrem para se remetter ao Chifú a Cantão, e ser castigado, isto faço para que não se queixem de mim.»

Não se considerou ainda satisfeito Sousa e Meneses, por estes cartazes serem dum mandarim inferior. O secretário fez saber aos dois mandarins que uma carta formal do vice-rei seria considerado suficiente, se tivesse todas as garantias, dispensando-se então a remessa da carta ao Imperador.

25 de Outubro: Chegou carta dos padres de Pequim comunicando o agrado do Imperador em saber que o embaixador de Portugal estava em Macau aguardando a partida para Pequim.

26 de Outubro: Colocaram-se nos lugares públicos novos cartazes, semelhantes aos anteriores, indicando-se agora que era por ordem dos mandarins superiores de Cantão.

27 de Outubro: Regressam a Macau os mesmos dois mandarins do vice-rei trazendo «chapa» do chifú, a mando do vice-rei, dizendo «que a presente Embaixada era mui diferente das de Siam, Camboja, e outros reinos tributários.» Sousa e Meneses mesmo assim não se decidiu a partir, por não ter garantias formais de não ser tratado como tributário em todo o Império.

8 de Novembro: Voltam os dois mandarins a Macau, com carta, a mando do vice-rei, em que se dizia que «se no passado tinha havido algum erro, tinha sido causado da diversidade das línguas, sinica e europeia, e que isso já se havia emendado.» Pretendeu Sousa e Meneses buscar a opinião de todos os padres do Colégio de Macau, achando estes que o embaixador devia partir. Decidiu-se finalmente a partir a 18 de Novembro, com todas as pompas, e acompanhamento por uma embarcação de guerra chinesa.

Deixemos aqui a narrativa do padre Rua, e os acontecimentos que se sucederam durante o resto da missão. As negociações em Macau afiguram-se suficientes para mostrar a prudência e habilidade de Sousa e Meneses.

O período de 13 de Junho a 8 de Novembro, quase cinco meses portanto, é uma amostra para os métodos de negociação da China no século XVIII. Nas numerosas diligências das autoridade chinesas, a vários níveis — vice-rei, chifú, governador de Ansão, mandarins e mandarinetes

— duas perguntas surgem com frequência: qual a composição do «mimo» formulada quatro vezes, e quando tencionava o embaixador seguir para Cantão a caminho de Pequim, feita dezassete vezes. Isto no espaço de menos de cinco meses, e sendo a resposta portuguesa sempre idêntica. Um outro núcleo de negociações respeita à qualidade do embaixador de Portugal, se era «tributário» ou não, e à composição da comitiva. Em ambos os casos se verificam técnicas negociais chinesas apuradas na sua execução, com longa tradição, e eficazes perante interlocutores menos firmes e menos cautelosos. Essas técnicas estão hoje analisadas nos livros, em termos de actualidade, levando a supor-se que foram criadas a partir de 1949. Mas, na verdade, estão já nos manuscritos e relatos de missões de carácter diplomático, de diversas nacionalidades e objectivos, ao longo dos séculos. A insistência e repetição nas perguntas ou posições, o «ignorar» as respostas ou explicações da outra parte, o aparente facto consumado, a extemporânea ou imprevista lisonja, o argumento das dificuldades linguísticas, tudo métodos bem utilizados e experimentados ao longo dos tempos. Os ocidentais mais dados ao cíclico renovar da «tábua rasa», ignoram neste campo a experiência passada a seu próprio risco, pois não é difícil cair em exasperação ou reacções emotivas, perante a tentação crescente e quase lógica de ceder, desistir. E sem dúvida a favor da China a sua disciplina e perseverança, só merece elogio uma nação em que os seus negociadores com eficácia defendem os respectivos interesses. No exemplo em apreço, o interesse da China, nesse período austero e xenófobo do reinado Yongzheng, era que o embaixador de Portugal chegasse a Pequim não vexado mas diminuído, grato pelo privilégio da audiência com o Filho do Céu. Foi no diálogo em Macau, durante quase cinco meses, que Sousa e Meneses deu as melhores provas das suas qualidades. Mais tarde, em Pequim, de novo mostrou tacto e inteligência, mas aí já se podia prevalecer da experiência adquirida em Macau. Embora a missão de Sousa e Meneses não tenha sido considerada um sucesso, uma vez que Portugal não obteve tudo o que queria, o que nas circunstâncias do momento, com o pensamento político do Imperador Yongzheng, era impossível, soube com suma competência obter o máximo que a situação permitia, para os interesses portugueses.

NOTAS

¹ Para não falar dos contactos mais antigos com os povos vizinhos do Império do Meio, datam do primeiro e segundo séculos antes de Cristo os contactos da China com o Ocidente, provavelmente por causa da seda. Os autores da antiguidade greco-romana — Virgílio, Horácio, Estrabão, Pompónio Mela, Plínio, o Antigo — referem-se à «seres», palavra que na sua etimologia mongólica significa seda. A «rota da seda» com início em Hierapolis, atravessando a Bactria e o rio Oxus em direcção a Kashgar e Ferghana na Ásia Central, se *refere* Ptolemeu. A época mais recente dos contactos com o Ocidente, e sobretudo aquela em que surgem os

relatos que chegaram aos nossos dias, corresponde ao «século Franciscano» que se inicia em meados do século XIII, com o envio por Inocêncio IV de religiosos à Ásia Central. É deste período que datam os alvares do conhecimento moderno sobre a China, tão divulgados como o foram com o Livro de *Marco Polo*, ainda que não sejam menos válidos, embora desconhecidos do grande público, os relatos dos religiosos como o *Itinerarium* de Guilherme de Rubruck e a *Ystoria Mongalorum* de Giovanni da Pian di Carpine. É vasta a bibliografia sobre toda esta matéria. Excluindo as relações com os vizinhos asiáticos, refira-se para as relações com o Ocidente apenas dois clássicos: F. HIRTH, *China and the Roman Orient*, Shanghai, 1885, e W. E. SOOTHILL, *China and the West*, Oxford University Press, 1925; para a bibliografia Poliana, lembre-se tão-só a primeira edição em língua portuguesa do Livro de *Marco Polo de Veneza*, impresso em Lisboa por Valentim Fernandes em 1502, trabalho que teve uma reimpressão em 1922 a cuidado de Francisco Maria Esteves Pereira; sobre os relatos dos religiosos medievais na Ásia Central vejam-se as edições críticas em *Sinica Franciscana*, do P.^e Anastasius van den Wyngaert, O. F. M., vol. 1, Quaracchi, 1929.

O estudo das relações com o Ocidente no período moderno a partir da chegada dos portugueses à China (Jorge Alvares, 1513), é também objecto de numerosos estudos, até por praticamente coincidir com a «Era Jesuíta» e com a génese do estudo sistematizado e rigoroso da China pelos europeus, a Sinologia de que os Inacianos foram os primeiros lídimos cultores. Para a parte que a Portugal respeita e que mais interessa, o melhor trabalho de síntese, quanto ao relacionamento político, pertence a EDUARDO BRAZÃO, *Apontamentos para a História das Relações Diplomáticas de Portugal com a China, 1516-1753*, Lisboa, A. G. C., 1949.

² Trata-se aqui obviamente de uma síntese apoiada numa opinião, que corre portanto todos os riscos de falta de rigor. O «Sinocentrismo» é porém tese defensável e maioritária. Quanto ao processo de codificação ou internacionalização dos contactos exteriores da China, note-se que só evoluiu após os primeiros contactos com o Ocidente europeu a partir do século XVI, pois até aí ou os ocidentais não suscitavam esse tipo de incidentes: caso das embaixadas à China Yuan da (Era Franciscana»), ou se inseriam nas tradicionais praxes de suserania com os povos vizinhos. Lembre-se que o primeiro acordo internacional com uma potência ocidental em moldes modernos data de 1689, o Tratado sino-russo de Nerchinsk. Refira-se, por curiosidade, que um dos principais negociadores desse tratado, pelo lado chinês, foi o jesuíta português P.^e Tomás Pereira (cf. J. SEBES, s. J., *The Jesuits and the Sino-Russian Treaty of Nerchinsk* (1689), Institutum Historicum s. t., Roma, 1961).

³ Encontra-se no A. N. T. T., *Corpo Chronologico*, 1, 6-82, e foi publicado in *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo*, Lisboa, 1892, nas *Cartas de Afonso de Albuquerque*, Lisboa, 1884, e em várias obras sobre os primeiros tempos do nosso relacionamento com a China, apenas no «Item» que a este país se refere.

⁴ A. N. T. T., Gaveta 2, 10-15.

Publicada por Jordão de Freitas no *Arquivo Historico Portuguez*, em 1910, a carta que Leonel de Sousa dirigiu de Cochim ao Infante D. Luiz, irmão de D. João In, a 15 de Janeiro de 1556. (O Instituto Cultural de Macau reeditou em 1988 o trabalho de Jordão de Freitas, *Macau — Materiais para a sua história no século XVI*, onde vem inserta a referida carta). Nessa carta o autor refere o «assentamento» que fez, provavelmente em 1554, com os chineses. Sobre esta

matéria, vide J. M. BRAGA, *O Primeiro Acordo Luso-Chinês de 1554*, Macau, 1939, e *The Western Pioneers and their discovery of Macao*, Macau, 1949.

⁵ O comportamento violento e arrogante de Simão de Andrade na embocadura do Rio das Pérolas, em 1519-1520 esteve na origem do rumor — reflectido nas crónicas portuguesas e chinesas da época — da antropologia infantil que os portugueses praticariam em crianças chinesas.

Apenas outro exemplo, a morte repentina do imperador Zhengde, em 1521, quando o nosso primeiro embaixador, Tomé Pires, aguardava uma audiência, em condições já difíceis, em Pequim. A partir desse momento, o enviado e a comitiva deixaram de ser considerados legítimos representantes de um soberano estrangeiro, e foram levados presos para Cantão (vide ARMANDO CORTESÃO, *Primeira Embaixada Europeia à China*, Lisboa, 1945, e os já referidos *Apontamentos* de Eduardo Brazão no capítulo que trata daquela missão).

⁶ Todas estas missões diplomáticas vêm tratadas, *inter alia*, nos referidos *Apontamentos* de Eduardo Brazão, à excepção da de Bento Pereira de Faria. Esta última é só incidentalmente referida na historiografia portuguesa. O mais completo tratamento que conheço, para esta missão, é por J. E. WILLS, *Embassies and Illusions*, Harvard University Press, 1984, que lhe dedica um capítulo.

⁷ Questão teológica que levou ao desmantelamento da Companhia de Jesus e que marcou profundamente a Europa pensante e o mundo católico nos séculos XVII e XVIII. Centenas de milhares de páginas se escreveram no calor da contenda, que ateou as paixões, e outro tanto estará nos manuscritos, conservados secretos, das Ordens Religiosas e do Vaticano. Não existe, portanto, uma História completa da querela dos ritos sínicos, com a distância no tempo que a análise objectiva dos factos exige. Tudo teve a ver com a interpretação que os Jesuítas fizeram de cerimónias chinesas em honra dos antepassados e de Confúcio: não lhes atribuíram sentido religioso, mas tão-só profano e civil. De outro modo, teriam de ser proibidas, tal inviabilizando qualquer possibilidade de o Cristianismo penetrar nas elites chinesas, condição essencial para se expandirem na China. Portugal, através do seu Padroado do Oriente, tomou uma posição consonante com a dos Inacianos, mas contra estes se foram avolumando o número dos que se opunham, incluindo, a partir de dado momento, a Santa Sé. A extinção da Companhia em 1773 tem a «Querela dos Ritos» como causa principal, ao proporcionar aos opositores argumentos que não podiam ser conclusivamente refutados. Um dos efeitos secundários da contenda, num campo mais positivo, foi o acrescido interesse, por vezes quase caricato, na Europa das Luzes, por tudo o que fosse chinês, aquilo a que se chamou a chinoiserie. Algo ironicamente, em 1939 a Igreja veio a permitir as cerimónias até aí proibidas, numa interpretação semelhante à que os Jesuítas tinham defendido séculos antes. Estavam vingados; era tarde de mais.

⁸ Este equívoco foi apontado por Pelliot em 1930: «*L'entente était au fond un malentendu: Kangxi montrait de la bienveillance aux missionnaires parce qu'il voulait s'assurer le bénéfice de leurs connaissances scientifiques; les missionnaires faisaient oeuvre de savants pour acquérir une autorité qui leur permettrait de développer leur apostolat ce qu'était l'essentiel pour l'un était l'accessoire pour les autres; mais on mit quelques années, des deux côtés, avant d'aboutir à ces conflits que les jalousies nationales et la rivalité des divers ordres religieux exaspérèrent*» (citado por J. GERNET, *Chine et Christianisme*, Paris, 1982).

O equívoco manteve-se formalmente durante os sessenta anos do reinado de Kangxi, embora custe a crer que, dada a intimidade do relacionamento entre o Imperador e os Jesuítas, ambos os lados ignorassem o fundo da questão. Mas os Jesuítas não podiam fazer outra coisa que esperar que o equívoco se desfizesse a seu favor, e ao imperador em nada interessava perder a valiosa colaboração científica que eles lhe proporcionavam.

⁹ Quarto filho de Kangxi, reinou de 27 de Dezembro de 1722 (sete dias após a morte do pai) até à data do seu falecimento, ocorrido a 8 de Outubro de 1735.

¹⁰ O padre Magalhães era conflituoso, e as fontes mostram-nos várias querelas que manteve durante a sua embaixada a D. João v.

¹¹ A «Relação» do padre Rua foi publicada em 1885 por J. BIKER na sua *Collecção de Tratados ...*, Tomo VI, sem aparato crítico. Há vários exemplares manuscritos dessa «Relação», incluindo um rascunho no dossier de Évora. As citações são tiradas do texto publicado por J. Biker.

¹² Os padres Domingos Pinheiro e Paulo Mesquita, jesuítas. Ambos vieram a falecer em Pequim, o primeiro em 1748, com 60 anos de idade, e o segundo apenas dois anos após a chegada à capital, em 1729. Contava 36 anos de idade.

¹³ Sinónimo, por evolução semântica, de ofício.

¹⁴ Sede de divisão administrativa chinesa em que o território de Macau estava situado.

¹⁵ Cortesia tradicional chinesa mais conhecida hoje pela expressão *Kowtow*, derivada do termo chinês Ketao. O «bater cabeça» das nossas fontes é a tradução literal da expressão chinesa (vide DALGADO, Glossário *Luso-Asiático*, I, 316, Kotau e YULE, *Hobson-Jobson*, 376, *Kowtow*). Talvez por ser a mais espectacular, foi esta a forma de saudação chinesa que mais ficou na memória dos estrangeiros. Mas não era a única. Conforme as circunstâncias e a hierarquia dos interlocutores, havia seis formas de saudação distintas. O «bater cabeça» tinha cinco classes, sendo a mais cerimoniosa, reservada ao Imperador, a que consistia nas «nove prostrações» (ajoelhar três vezes e de cada uma inclinar a fronte até ao chão três vezes também). Esta matéria vem tratada em pormenor, acompanhada de gravuras, no n.º 25 das *Variétés Sinologiques*, excelente série da Missão Católica do Orfanato de Tbu-Sé-Wé, com o título *Quelques Mots sur la Politesse Chinoise*, da autoria do P.º SIMON KIONG, S. J., impresso em Shangai em 1906.

Diz-nos Yule, (op. cit.) que este tipo de saudação é pan-asiático. Com efeito, embora em perda com o avanço da cultura moderna internacionalizante, ainda se observam por toda a Ásia práticas de saudação que são variantes das seis da China tradicional. PAUTHIER, na *Histoire des Relations Politiques de la Chine avec les Puissances Occidentales*, Paris, 1859, traduz os estatutos da dinastia Quing quanto ao cerimonial a observar pelos embaixadores estrangeiros nas audiências com o imperador. A recusa de alguns em cumprirem integralmente as regras — entre os quais Sousa e Meneses — não deixou de causar alguns embaraços protocolares que, por envolverem indirectamente o imperador, se transformaram em políticos. Precisamente por ser mais espectacular e ter conotações inadequadas e subservientes para a mentalidade ocidental, os referidos embaraços foram sobretudo em torno do «bater cabeça» com as nove prostrações, recusando-se a fazê-las alguns enviados, por representarem pessoalmente monarcas soberanos. Os religiosos, que em regra não tinham essa qualidade (excepção feita a enviados do Sumo Pontífice), e que por outro lado,

sobretudo os jesuítas, estavam adaptados aos costumes sínicos, nunca suscitaram problemas protocolares.

¹⁶ Os vários manuscritos da «Relação» do padre Rua referem 54 ou 64.

¹⁷ Alcaide chinês (DALGADO, *op. Cit.*, 1, 272).

¹⁸ Trata-se do conde Sava Vladislavich.

NOTA BIBLIOGRÁFICA

As fontes impressas sobre a embaixada de Sousa e Meneses limitam-se à «Relação» do padre Rua e a alguns papéis da autoria do próprio embaixador, publicados por JUDICE BIKER na *Collecção de Tratados*, e por EDUARDO BRASÃO nos Apontamentos. A maior parte do acervo documental sobre esta missão, no Arquivo de Évora, na Biblioteca Nacional, Academia das Ciências, Biblioteca da Ajuda, etc., aguarda ser dado à estampa.

A especialidade do relacionamento da China com os países estrangeiros tem vasta bibliografia, cujo apanhado se pode ver, *inter alia*, no subcapítulo *Patterns of Foreign Relations* do trabalho de O. HUCKER, *China — A Critical Bibliography*, The University of Arizona Press, 1962.

Duas palavras sobre as fontes chinesas: é conhecida a dificuldade para os orientalistas não sinólogos do acesso às fontes chinesas, em muito escassa medida traduzidas. O trabalho em dois volumes, de Lo-SHU FU, *A Documentary Chronicle of Sino-Western Relations (1644-1820)*, The University of Arizona Press, 1966, veio trazer uma preciosa ajuda nesse campo.